



FRANÇA

Sinal verde para a morte assistida

Depois de anos de intenso debate, Assembleia Nacional aprova projeto de lei que autoriza paciente a receber ajuda para pôr fim à vida, desde que cumpra com uma série de exigências. Texto segue para análise final do Conselho Constitucional

Por 291 votos a favor, 241 contra, 29 abstenções e 19 ausências, a Assembleia Nacional da França aprovou, em caráter definitivo, o direito à “assistência para morrer”. O presidente Emmanuel Macron saudou os parlamentares pelo “debate construtivo e respeitoso”. “Nesta questão tão íntima quanto grave, que toca na vida, no sofrimento e na dignidade, somente uma abordagem era possível: dedicar tempo à escuta, ao diálogo e ao debate. Em 2022, assumi o compromisso de abrir este caminho com o povo francês. Com seriedade, humildade e pleno respeito pela nossa democracia, cumpri esse compromisso”, declarou. “Os encaminhamentos ao Conselho Constitucional seguirão o seu curso, de acordo com os princípios do nosso Estado de Direito.” O texto havia sido apreciado e vetado em três leituras anteriores.

Onze países no mundo autorizam a morte assistida: Suíça, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Espanha, Áustria, Canadá, Colômbia, Equador, Austrália e Nova Zelândia. O projeto de lei francês estabelece que o paciente precisa cumprir com uma série de requisitos para ter o direito de receber ajuda para morrer. Pessoas diagnosticadas com doenças neurodegenerativas, por exemplo, não serão contempladas pela medida.

O ex-deputado francês Olivier Falorni, autor do projeto de lei, celebrou a aprovação. “Hoje é um grande dia. A República finalmente votou pelo direito à liberdade suprema. Penso em todos aquelas mulheres e homens que me acompanharam durante a longuíssima jornada legislativa e que, para muitos, não estão mais aqui. Esta lei é deles. Penso neles”, escreveu na rede social X. O sinal verde da Assembleia Nacional não significa a adoção imediata da lei. O primeiro-ministro da França, Sébastien Lecornu, pediu ao Conselho Constitucional — a principal autoridade constitucional do país — para que analise o texto. Em casos extremos, o órgão tem a faculdade de anular toda uma legislação aprovada pelo Parlamento ou de apresentar ressalvas.

O voto seguiu uma forte polarização na Assembleia Nacional. Enquanto a esquerda deu o seu aval à bancada do partido Renascimento,

de Macron, a direita e os ultrac conservadores se opuseram à lei. No entanto, segundo a agência de notícias France-Presse, os grupos parlamentares liberaram seus integrantes para que votassem como desejassem, ante o entendimento de que a questão era considerada sensível para a sociedade francesa.

“Um dia, poderei dizer aos meus netos: ‘Eu estava aqui. Eu defendi essa lei e votei por ela’”, declarou, ainda na tribuna, pouco antes da votação, a deputada Brigitte Liso, que comemorou o resultado depois, nas redes sociais. “A Assembleia Nacional abre um novo direito para os franceses. Amanhã, aqueles cujo sofrimento se tornou insuportável serão capazes de escolher estarem acompanhados. Isso é um avanço em termos de liberdade, de responsabilidade e de humanidade”, escreveu.

Entre os que votaram contra, Christophe Bentz, integrante do ultradireitista Reagrupamento Nacional, fez um último apelo aos demais parlamentares. “Convido-os a votar contra este texto de morte, convido-os a votar na esperança (...), para que a vida perdure”, argumentou. “Imaginem a injustiça irreversível para milhares de pessoas que hoje pedem para ser tratadas, e que amanhã pedirão pela morte. Esta lei ceifará vidas humanas — vidas tratáveis, vidas que podem ser salvas”, acrescentou.

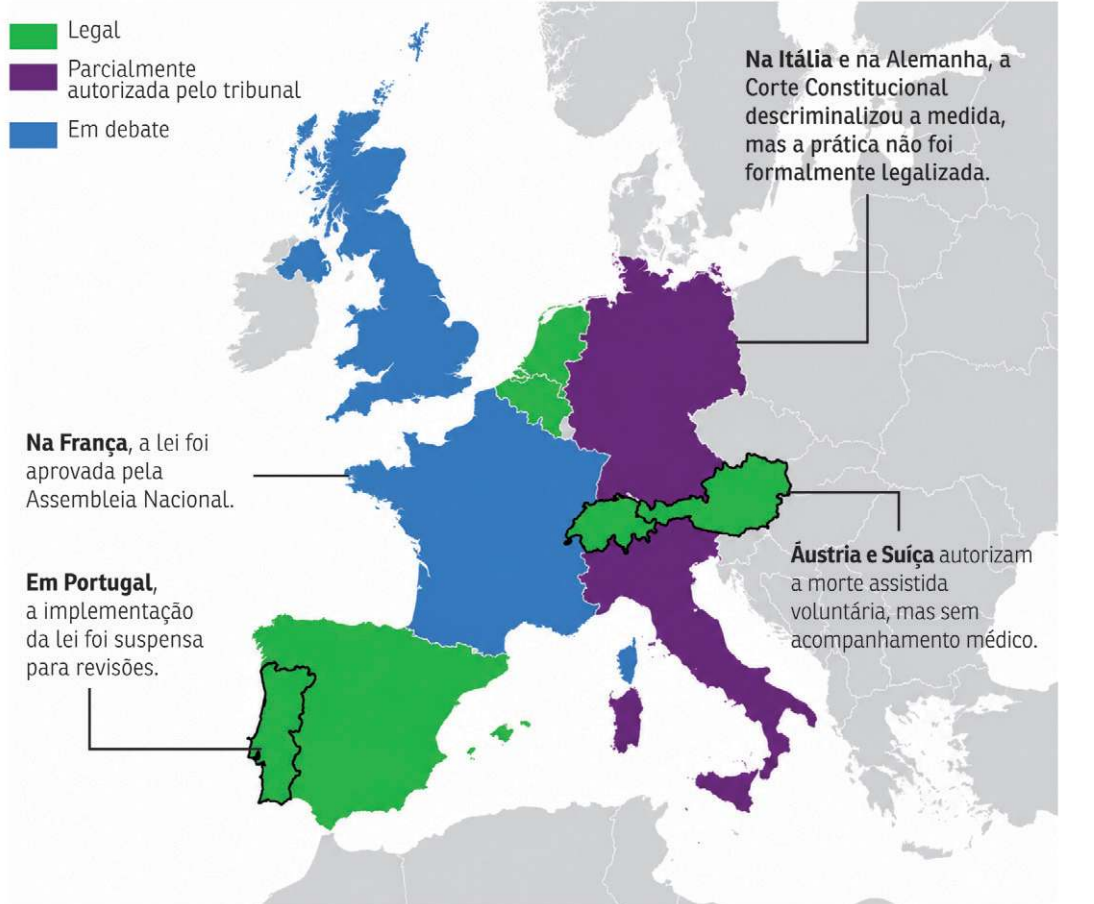
A Igreja Católica não tardou em reagir à aprovação do projeto de lei na Assembleia Nacional e advertiu para “uma ruptura grave na história” da França. “Os efeitos de uma legislação assim ainda não podem ser avaliados, mas já estão sendo esboçados. Nossa relação com a vulnerabilidade, a velhice, a deficiência ou a doença vai mudar”, disseram, em um comunicado, seus representantes, inclusive o presidente da Conferência Episcopal, Jean-Marc Aveline. Do lado de fora do prédio da Assembleia Nacional da França, grupos e organizações religiosas que fazem campanha contra o aborto e a eutanásia protestaram. Também se opuseram a ela alguns organismos científicos e inclusive coletivos de pessoas com deficiência, que temem ser pressionadas a pedir a eutanásia.

Lou Benoist/AFP



O mapa do direito de morrer

Veja onde a morte assistida é autorizada na Europa



Fontes: The World Federation of Right to Die Societies, Dignitas e BBC

IMIGRAÇÃO

Trump recoloca o ICE nas ruas dos EUA

Não durou 24 horas a decisão, anunciada pelo Departamento de Segurança Interna (DHS) dos Estados Unidos de suspender as operações de vigilância nas ruas e estradas para surpreender e capturar estrangeiros em situação irregular. A medida foi anunciada na terça-feira, em meio às repercussões da morte de um cidadão colombiano baleado em uma blitz por agente da temida força de choque anti-imigração, conhecida pela sigla ICE. Ontem, o presidente Donald Trump revogou a iniciativa e reafirmou a carta branca dada desde o início do atual mandato, em janeiro de 2025, para a caçada implacável e a deportação sumária dos imigrantes ilegais.

"Não podemos abrir mão de uma das ferramentas mais importantes e eficazes do ICE contra o crime: as blitzes de trânsito!", escreveu Trump em sua plataforma, a Truth Social. "A 'esquerda radical democrata' gostaria que isso

acontecasse, mas não vai ocorrer sob a minha vigilância", acrescentou o presidente, usando uma expressão depreciativa em inglês para se referir à oposição.

Um colombiano de 26 anos morreu na segunda-feira após levar tiros de um agente do ICE no estado do Maine. Na semana passada, um incidente em circunstâncias similares terminou com a morte de um mexicano que vivia há anos em Houston, no Texas. Em ambos os casos, os agentes anti-imigração alegam que atiraram porque os suspeitos teriam tentado fugir, acelerando os veículos que dirigiam.

O DHS, departamento ao qual o ICE está subordinado, anunciou que suspenderia as operações de fiscalização viária, diante da comoção causada por essas duas mortes. O governo mexicano afirma que 17 de seus cidadãos morreram em ações de detenção e deportação desde o retorno de Trump

ao poder. Na semana passada, o governo da presidente Claudia Sheinbaum anunciou que apresentará denúncias criminais na Justiça dos Estados Unidos contra o governo de Washington.

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, que deixará o poder no início de agosto para dar lugar ao ultradireitista Abelardo de la Espriella, apoiado por Trump, classificou a morte do colombiano no Maine como "assassinato". Na campanha vitoriosa contra o candidato da esquerda governista, Iván Cepeda, De la Espriella adotou como um dos lemas principais a tolerância zero contra a criminalidade e a violência de narcotraficantes e remanescentes da guerrilha.

Nos EUA, o DHS anunciou a abertura de investigações internas sobre os dois casos. "Espero que as apurações sejam conduzidas da mesma forma como outras investigações do tipo, o que

necessariamente envolve trabalhar com as polícias estaduais e locais", declarou o procurador-geral em exercício dos EUA, Todd Blanche, durante audiência no Senado para confirmar sua nomeação ao cargo.

Ofensiva

Diversos incidentes envolvendo agentes do ICE e da polícia de fronteira ocorreram nos chamados estados-santuários, onde as autoridades locais — em geral, da oposição democrata — não cooperam com o governo federal em operações contra a imigração irregular. "Os homens e mulheres do ICE estão fazendo um grande trabalho, um trabalho que precisa ser feito. O crime caiu muito nos Estados Unidos", proclamou Trump em sua postagem na rede social. "Em muitos casos, para níveis que não eram vistos havia décadas."

A oposição considera que o

Getty Images/AFP



Cartaz de protesto, no Maine, compara força anti-imigração à polícia nazista

ICE extrapola suas atribuições, e que suas operações também prejudicaram imigrantes em situação regular. As batidas em larga escala contra estrangeiros considerados ilegais provocaram mortes inclusive de cidadãos norte-americanos que se opunham às ações. Em

janeiro, os ativistas Renee Good e Alex Pretti foram mortos em Minneapolis, o que motivou uma onda de manifestações e colocou na defensiva o DHS e a força anti-imigração, que passou por mudanças em seu comando e ensaiou uma inflexão na estratégia adotada até ali.